

as 12 cidades

1. Vila Amazonas e Vila Serra do Navio (Amapá)

Projetada para abrigar cerca de 2.500 habitantes, funcionários da Icomi, a Vila Amazonas tem um desenho dinâmico na disposição de suas habitações. Hóspedes foram instalados em residências com ruas bem espaçadas e de acesso não-ortogonal. Mais acima, funcionários de nível médio da companhia moram individualmente, em casas com recuos, devido aos estacionamentos, implantados alternadamente.

Depois do centro administrativo e comercial, chega-se às casas geminadas dos operários, setor de maior densidade com uma via circundante em diagonal, de onde partem os acessos sem saída.

Os pedestres circulam pelo parque interior atrás da escola que se abre para os alojamentos de solteiros, separados pelo refeitório. Foram previstas duas áreas de expansão a oeste. A vegetação é de igapós ou capoeiras inundáveis, próprias das várzeas do delta do Amazonas.

Já a Vila Serra do Navio é um núcleo urbano auto-suficiente e isolado na floresta que não admite a expansão de seus 2 mil habitantes. Centro urbano de apoio à exploração do manganês da Icomi, Serra do Navio foi projetada na década de 50 pelo arquiteto Oswaldo Bratke.

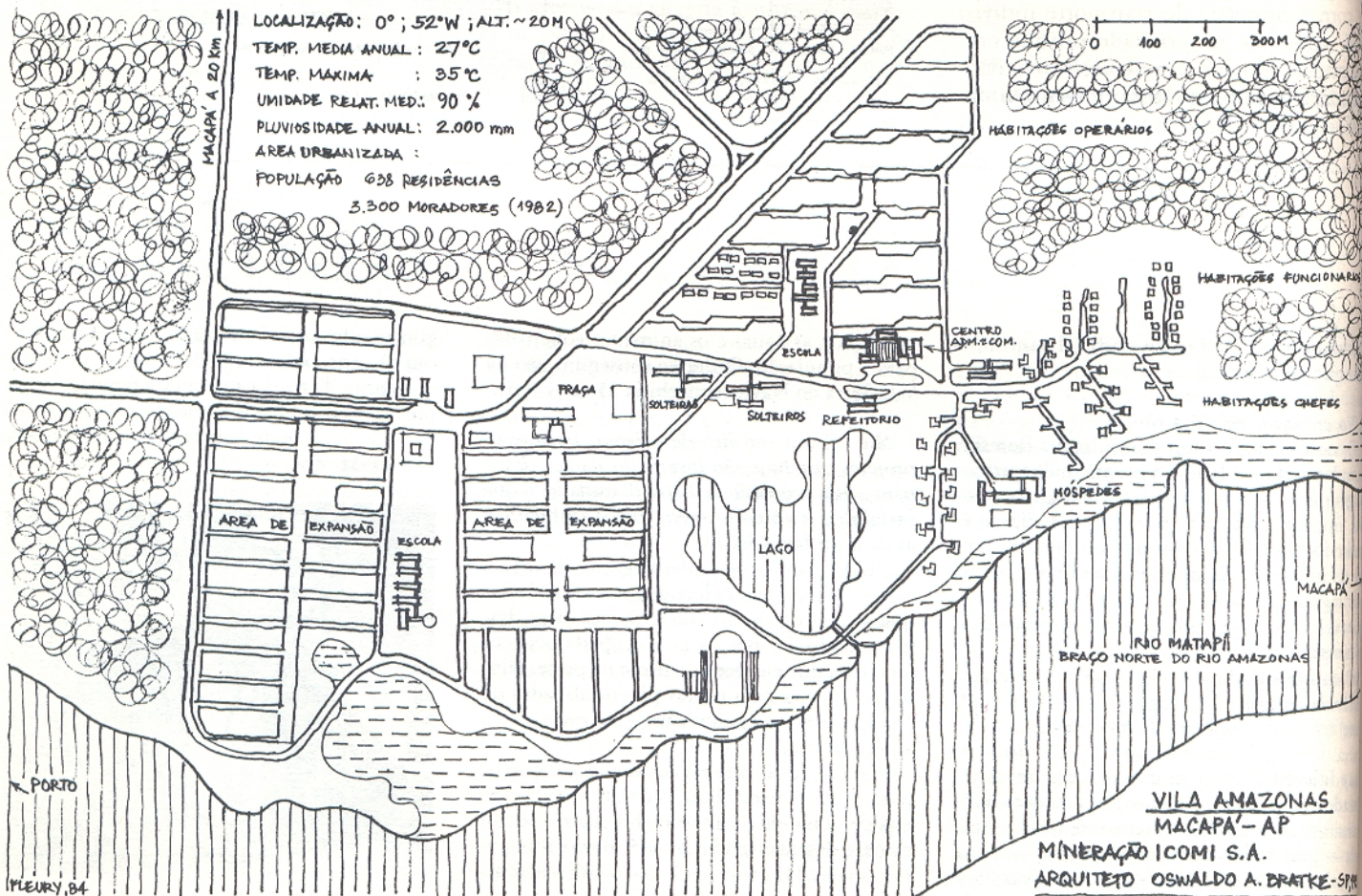
A separação diametral entre os bairros residenciais dos funcionários

e operários é total. O autor do projeto justifica a segregação: o brutal desnível entre o padrão de vida dos nativos e dos funcionários especializados que exigiram condições excepcionais para se transferir dos centros urbanos às entranhas da floresta amazônica.

Ali todas as casas operárias se distribuem ao longo de acessos paralelos e ao redor da praça-pátio, ao lado da praça-feira. Ao sul, a escola, localizada no centro de gravidade das residências. Ao norte, se encontram os alojamentos para solteiros e o refeitório. Entre os dois setores — de funcionários e operários — manteve-se uma fechada vegetação natural, abrindo-se espaço no entanto para a construção de um parque com estádio e praça de esportes.

Em ambas, notamos o risco sensível que procura inspiração para o seu partido nas curvas do terreno montanhoso, sem perder as premissas determinantes do cliente. Isso no entanto não significa concessão ao arranjo estético do arruamento que converge suavemente para o encontro na praça e para o conforto de habitações bem orientadas.

Onde o terreno da várzea permitiu, a criatividade desenvolveu a geometria das retas e dos ângulos com diagonais surpreendentes logo contrastadas nas ortogonais de ritmo repetitivo das áreas de expansão. Há o contraste entre a curva sinuosa das margens do rio e do lago e a intenção plástica mais livre na Vila Serra do Navio na ordenação e disposição dos espaços habitacionais.



PLEURY, 84

FONTE: REVISTA ACRÓPOLE, SP MARÇO 1966 Nº 326 ANO 27

2. Nova Marabá (Pará)

O núcleo urbano de Nova Marabá foi concebido com a finalidade de atender à demanda de serviços e abastecimento representada pela construção da Transamazônica e dentro da estratégia de ocupação da região prevista pela geopolítica embutida no Programa de Integração Nacional dos governos militares, em 1970.

Assim, Nova Marabá seria o principal centro de apoio, às margens da grande rodovia, ao lado da implantação de outras sete cidades. Destinada a receber os fluxos migratórios, ela deveria se estruturar física e administrativamente de modo a abastecer as populações com sua produção agropecuária e prestar serviços de apoio à microrregião.

A expectativa era tornar Nova Marabá um ponto estratégico com vistas à implantação de um pólo mineral dentro do Programa Grande Carajás, à época apenas esboçado.

O escritório Joaquim Guedes e Associados foi contratado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá, pelo Serfhuau - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, do Ministério do Interior, já extinto, e sucedido pelo atual CNDU.

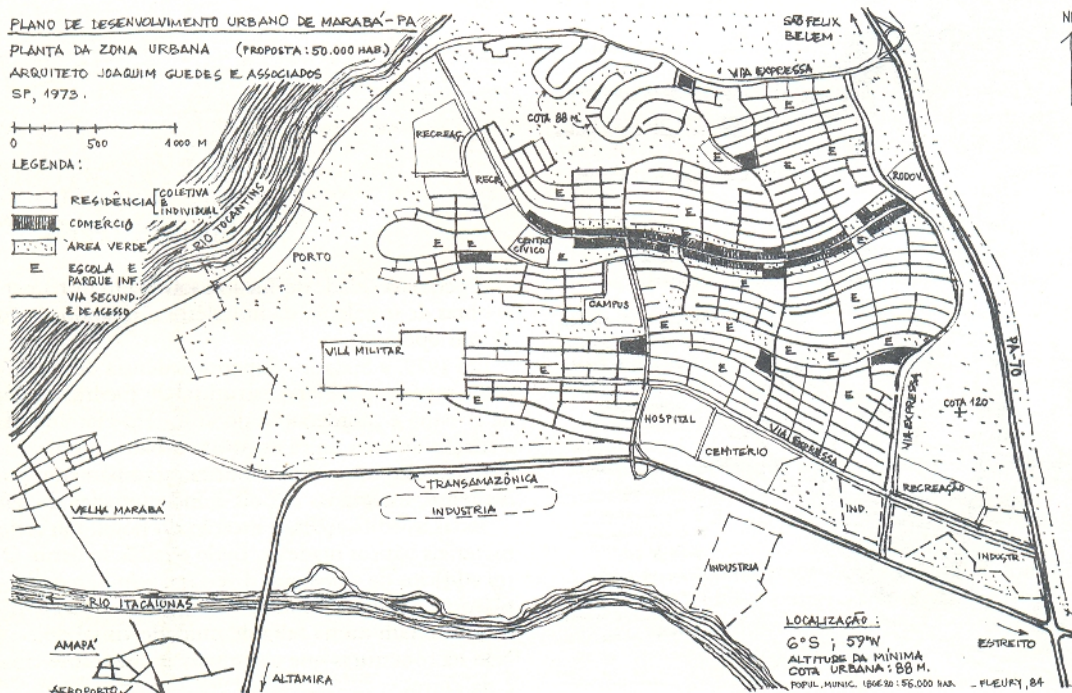
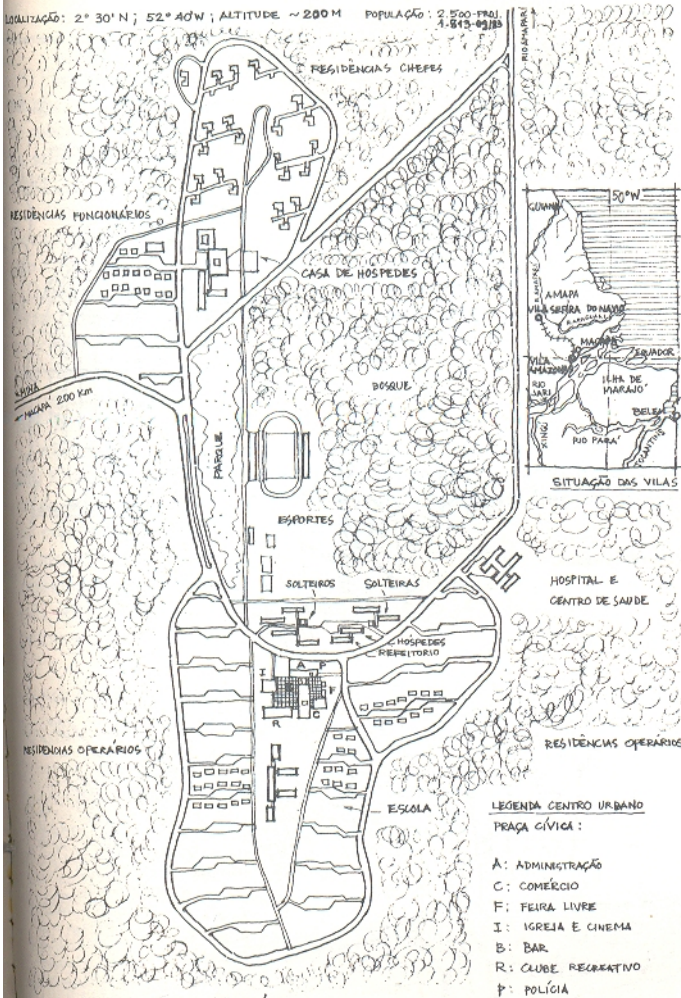
A orientação expressa era: "... que a implantação de tal projeto permita contarmos com um modelo experimental controlado de cidades-tipo para a Amazônia, dentro de características específicas (...) para desfrutarmos de uma experiência mais segura no planejamento de cidades novas e na organização de espaços regionais".

Proposta

Assim, definiu-se um sistema de equipamentos sociais onde se destaca o atendimento aos migrantes. Adotou-se como estrutura urbana a coexistência com a vegetação, a reconstituição da cobertura vegetal a fim de se criar um microclima com temperaturas mais baixas e melhores condições de conforto.

As habitações foram caracterizadas como de baixa densidade de construção e alta densidade populacional e sombreamentos dos espaços urbanos, 50% da população vivendo em edifícios de 2 a 4 pavimentos, dispersos em manchas quase contínuas de vegetação.

A planta ilustra o aspecto espacial do desenho urbano cujo traçado viário se amoldaria às colinas do sítio escolhido. O plano efetivamente implantado é de autoria do arquiteto Harry Cole, do Rio de Janeiro.



Projeto

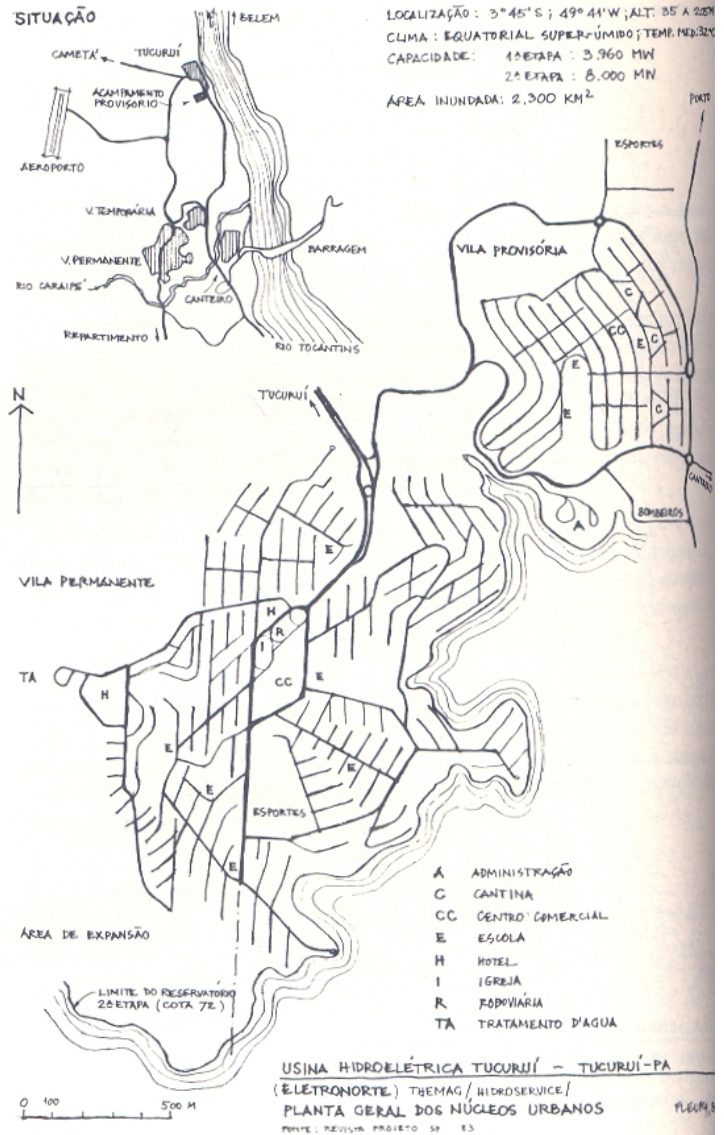
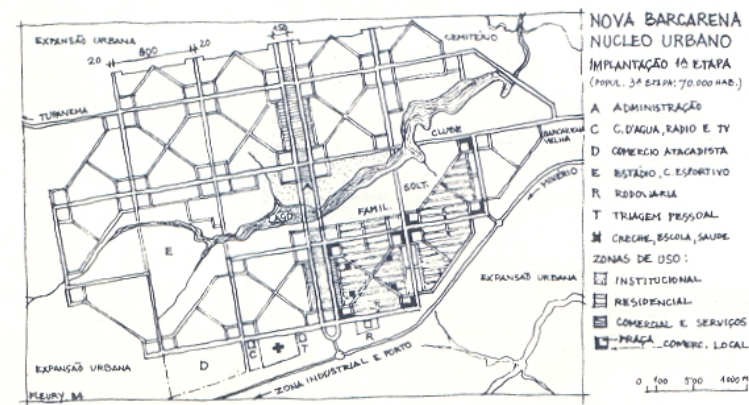
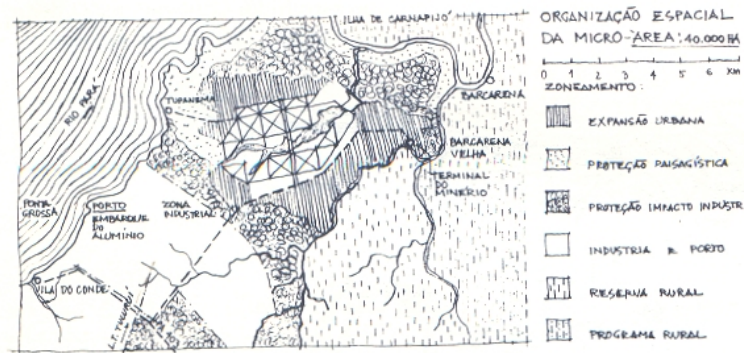
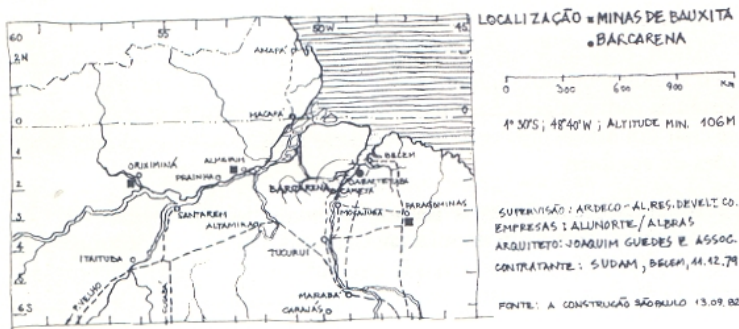
3. Nova Barcarena (Pará)

Com a descoberta das grandes jazidas de bauxita na bacia do rio Capim (Paragominas, PA), o país ascendeu ao 3º lugar no ranking mundial de reservas deste mineral. Por esta razão, o Ministério das Minas e Energia se voltou para a industrialização e exportação de seus subprodutos, a alumina e o alumínio metálico.

Em consequência, o governo brasileiro firmou acordo com o grupo japonês Ardeco-Aluminium Resources Development Co., no projeto Barcarena, que resultou em duas empresas: a Alunorte, para o processamento de alumina, e a Albras, com o alumínio metálico.

Para o plano urbanístico de Nova Barcarena, contratou-se o escritório Joaquim Guedes Associados. O projeto previa a construção de um núcleo urbano com população final de 70 mil habitantes, dos quais 14 mil operários, além de um aeroporto.

Segundo o arquiteto Joaquim Guedes a proposta de integração orgânica às formas naturais poderia ser inconveniente, pois, "o desenho urbano imitando a natureza poderia redundar num projeto confuso, de difícil orientação espacial. Passou-se então à investigação do disciplinado e do discreto. O resultado foi um traçado racional, com a forma quadrada pura justificada pela baixa declividade".



4. Tucuruí (Pará)

A pequena cidade de Tucuruí sofreu um inchamento incontrolável com as obras de instalação da hidrelétrica, quando chegou a receber cerca de 15 mil operários.

Em 1979, a Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia contratou o Plano Estrutural de Tucuruí da Engevix S.A., escritório de Brasília e coordenação do arquiteto Haroldo Mader. O objetivo era a criação de uma única estrutura urbana, fortalecendo e saneando o núcleo histórico com a Vila Pioneira (acampamento provisório) e a Vila Permanente, integradas depois como unidades de bairro.

Todas as edificações, à exceção do hotel, são térreas, utilizando materiais básicos madeira, tijolo e telha de barro. O centro urbano apresenta edifícios de tipologias diversas e sem homogeneidade no tratamento plástico. Aliadas à falta de contiguidade física-espacial, essas características resultam numa falta de unidade visual do conjunto arquitetônico. Não há coberturas que permitam aos pedestres circular abrigados do sol e da chuva.

5. Grande Carajás (Paraupébas, PA)

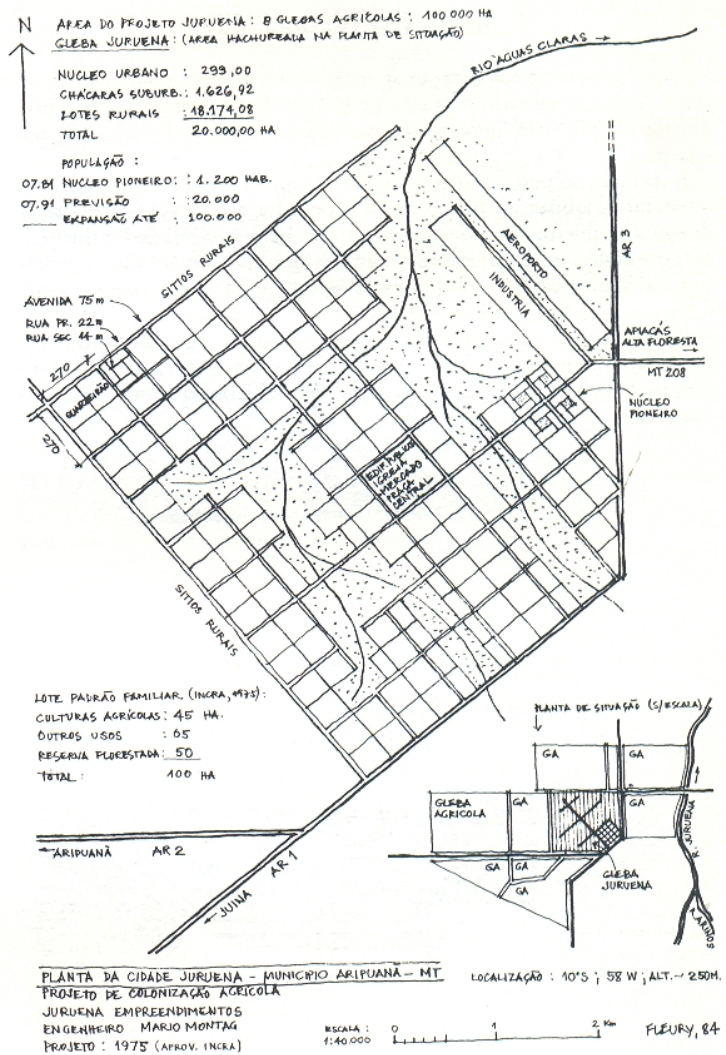
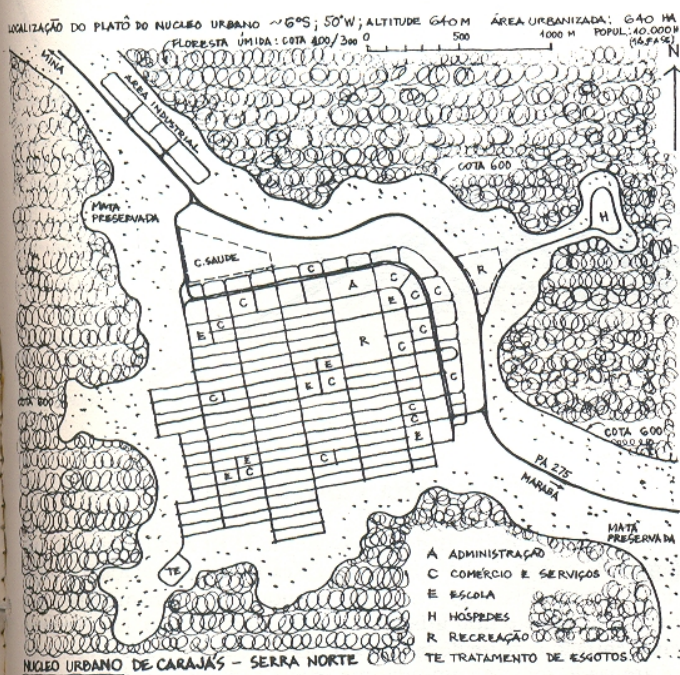
O Programa Grande Carajás compreende atividades de mineração, metalurgia, reflorestamento e agropecuária a serem desenvolvidas numa área de concessão da Companhia Vale do Rio Doce, com cerca de 429 mil ha, atingindo três Estados: leste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão.

A construção do núcleo urbano de Carajás ocorreu em duas etapas: Paraupébas e Rio Verde, além da implantação de nove apoios habitacionais integrados aos núcleos existentes ao longo de 890 km de ferrovia.

O projeto de todos estes núcleos urbanos foi entregue à Figueiredo Ferraz Ltda., com gerenciamento da Promon Engenharia S.A. O núcleo principal — Paraupébas — se encontra no topo da colina, construído para abrigar 6 mil habitantes. O núcleo de Rio Verde, ao pé da serra, deverá ter uma expansão final de 80 mil habitantes, numa área urbanizada de 170 ha.

Os estudos iniciais de paisagismo foram desenvolvidos pela arquiteta Rosa Kliass com a preocupação de manter a floresta nativa junto às bordas do platô. Merece destaque o conceito de parques lineares ao longo dos eixos principais de circulação de pedestres.

Quanto aos projetos de residências é assustador perceber o mau dimensionamento dos compartimentos, principalmente quartos de empregada, sem nenhuma abertura, além da organização de espaços que impedem a circulação do ar, bem como ausência de varandas.



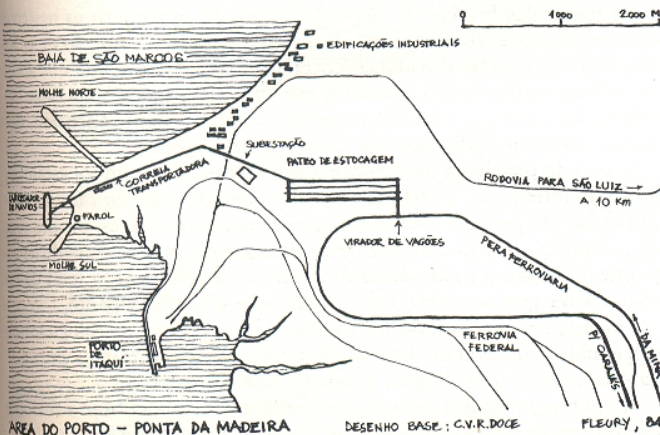
6. Jurueña (Aripuanã, MT)

O núcleo urbano de Jurueña, dimensionado para receber inicialmente cerca de três mil habitantes, pode-se ampliar até quinze mil. Destina-se a servir de apoio às atividades da empresa paulista Jurueña Empreendimentos, ligada à exploração de madeira e lavoura de café, cacau e guaraná.

O plano previa a separação da malha urbana da área agrícola por uma faixa de chácaras suburbanas que seriam responsáveis pelo abastecimento hortifrutigranjeiro. O plano assim se definia:

- quinze quarteirões de 270 m x 270 m, divididos por avenidas de 75 m.
- ruas coletoras de 22 m e vias de acesso às habitações internas, de 12 m.
- quinze quarteirões de 73 mil m² dotados de área de lazer de 8 mil m².
- para o quarteirão interno reservou-se a instalação da praça, igreja, concha acústica, mercado e edifícios públicos.

A planta é de ruas em xadrez lançadas sobre uma rede de drenagem sinuosa que não aceitou a geometria de prancheta. O resultado foi a transformação da avenida principal num dique com inúmeras pontes, o que dificulta o acesso aos lotes durante o período de chuvas. A solução para o caso seria a retomada do conceito de cidade pluvial, onde uma drenagem eficiente deveria ser determinante na concepção do desenho urbano.



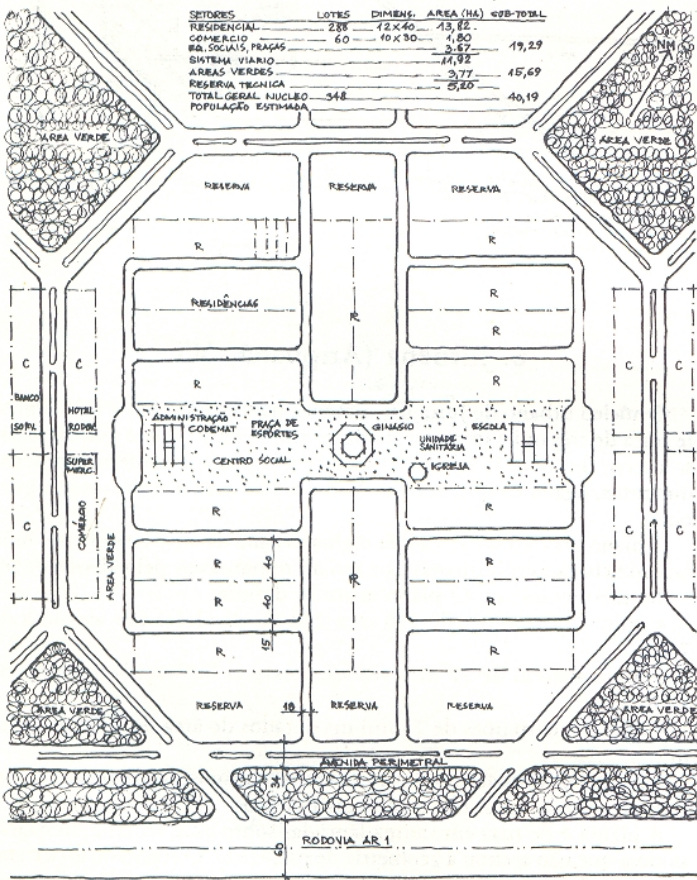
Projeto

7. Juína (Aripuanã, MT)

Juína, projeto de colonização agrícola oficial do governo do Estado de Mato Grosso, elaborado pela equipe técnica da Codemat - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso. Estima-se que o desenho original seja de 1977/1978.

A inclusão na pesquisa desta cidade octogonal decorre da sensação de insegurança labiríntica proporcionada pelo traçado. As dificuldades se devem a problemas de orientação e posicionamento relativo, principalmente em dias de nebulosidade, comuns na região. Os veículos e pedestres acabaram criando caminhos mais lógicos e eficazes enquanto as guias demarcatórias não estavam assentadas.

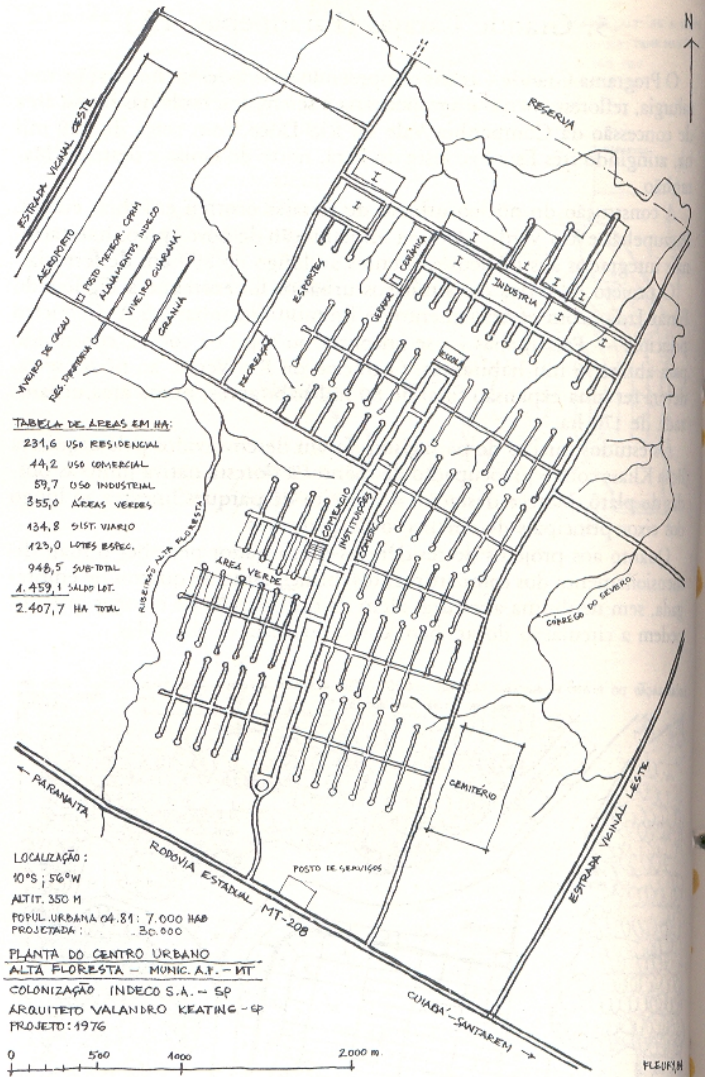
O desenho, de uma incômoda originalidade, foi assinado pelo engenheiro agrônomo Jair Carvalho, embora sem o amparo legal das atribuições profissionais conferidas pela legislação do Confea somente aos arquitetos e urbanistas.



NUCLEO URBANO JUÍNA, ARIPUANÃ - MT
 PROJETO DE COLONIZAÇÃO OFICIAL
 EQUIPE TÉCNICA DA CODEMAT - CUIABÁ, 1978
 (RESPONS. TECN.: ENG. AGRÔN. JAIR R. CARVALHO - CREA 2479-D)



FLEURY, 84



8. Alta Floresta (MT)

O plano diretor da cidade é do escritório M.K. Arquitetura S/C Ltda. (arquiteta responsável Maria Cristina Keating e colaboração de Valandro Keating). Ao iniciar o trabalho, os autores dispunham de poucas informações sobre o sítio urbano. O projeto, em resumo, consiste de um eixo central que parte do Sul para o Norte, com um traçado ligeiramente arqueado sobre a cumeeada que separa as bacias de dois riberões.

As matas das bordas são mantidas a fim de se garantir as nascentes como mananciais abastecedores de água da cidade. O espigão de crescimento linear contém uma faixa central com largura de 100 m que abriga os edifícios institucionais, acessíveis por duas avenidas de 30 m cada, destinadas ao comércio. Das vias principais, partem ruas residenciais, ligadas às ruas sem saída que dão acesso às habitações.

O grande problema na região é a intempérie, com um sol escaldante e chuvas torrenciais, tornando-se um verdadeiro suplício caminhar por distâncias tão grandes. São vias desnecessariamente largas, de alto custo de pavimentação e manutenção que resultam em grandes superfícies impermeabilizadas e irradiadoras de calor. O desmatamento total da floresta nativa gera a ausência de arborização e sombreamento.

Finalmente, o cemitério foi implantado agradável e ecologicamente sob a mata. Inicialmente contestado pelos colonos, se tornou visita obrigatória para os que chegam à cidade pela primeira vez.

A cidade, projetada para 30 mil habitantes, supera hoje a marca de 60 mil, entre rurais e urbanos, numa área de 200 mil ha.

9. Paranaita (MT)

O projeto de colonização agrícola de Paranaita, vizinho ao de Alta Floresta, ocupa uma área de aproximadamente 120 mil ha com lotes rurais de 100 e 200 ha. Deste total, cerca de 3 mil ha destinam-se ao núcleo urbano.

A planta de loteamento mostra lotes rurais retangulares com acesso por rodovias retificadas e articuladas numa malha ortogonal que se distancia do sistema de drenagem natural. Tal organização pode gerar graves problemas. Um deles, por exemplo, se encontra na própria via de acesso cujo sistema de escoamento das águas pluviais ficou defeituoso. Outros são os lotes rurais, alguns sem água, muitos cortados ao meio pelos igarapés.

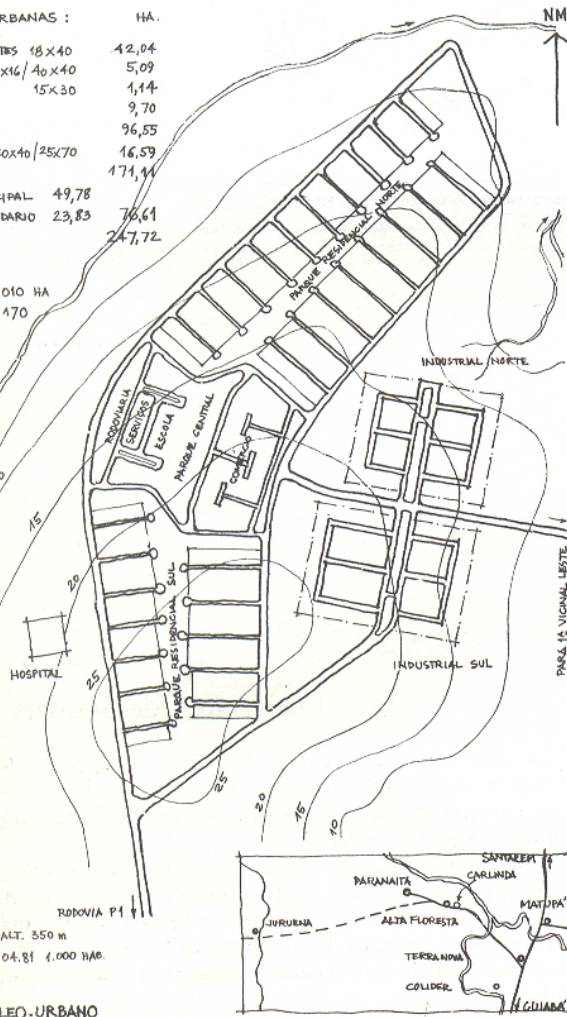
O núcleo urbano foi concebido em 1978 também por Cristina e Valandro Keating, agora já com a experiência de Alta Floresta.

Essa experiência se reflete no desenho da planta, com feições mais orgânicas, acompanhando a curvatura do espigão. O eixo principal é o parque linear que traz os pedestres das alas residenciais norte e sul até o centro de serviços. Uma circulação periférica distribui os colonos para os equipamentos sociais e a zona industrial.

ÁREAS SETORIAIS URBANAS :

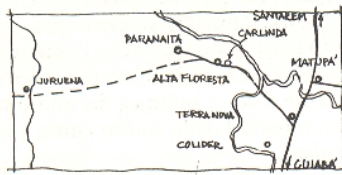
	HA.
RESIDENCIAL: 584 LOTES 18x40	42,04
COMERCIAL: 197 8x16 / 40x40	5,09
SERVIÇOS: 26 15x30	1,14
ESPECIAIS: 08	9,70
RES. ECOLÓGICAS: 02	96,55
INDUSTRIAS: 202 20x40 / 25x70	16,59
TOTAL LÍQUIDO	171,11
SISTEMA VIÁRIO PRINCIPAL	49,78
SECUNDÁRIO	23,83
TOTAL BRUTO	247,72

NÚCLEO URBANO 3.010 HA
RESERVA N. U. 4.470
ÁREA 189.033 HA
TOTAL



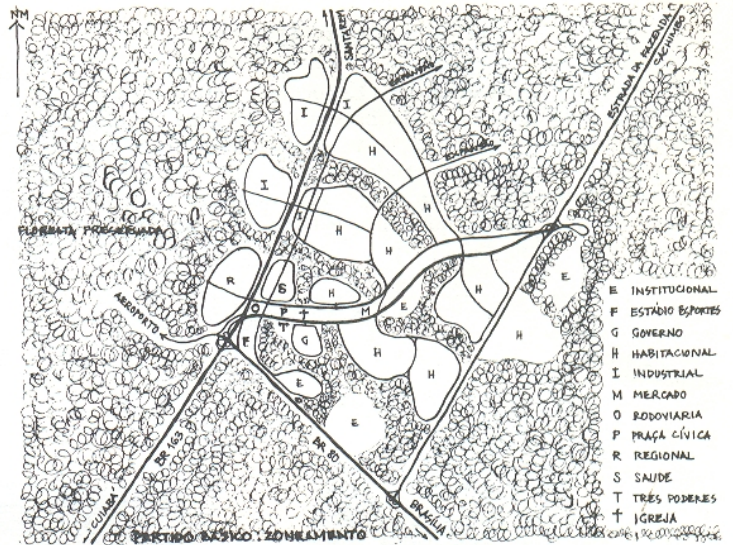
LOCALIZAÇÃO:
9°45'S; 56°30'W; ALT. 350 m
POPULAÇÃO URBANA: 04.811.000 HAB.

PLANTA DO NÚCLEO URBANO
PARANAITA - DISTRITO DE ALTA FLORESTA - MT
PROJETO DE COLONIZAÇÃO: INDECO S.A. - SP
ARQUITETO: L.A. VALANDRO KEATING SP, 1979

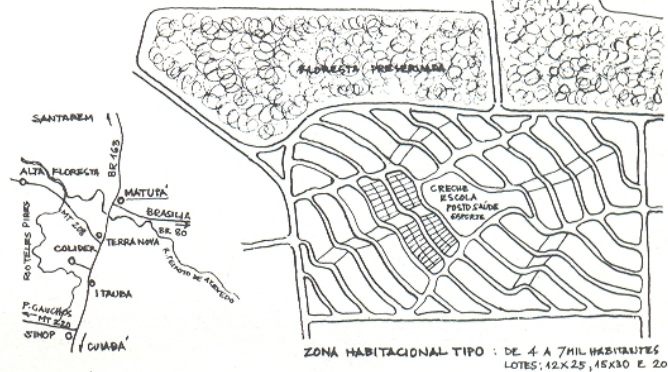


0 400 500 M FLEURY, 84

fleury de oliveira



LOCALIZAÇÃO: ~10°S; 55°W; ALTIT. MÍNIMA NÚCLEO URBANO: 261 M.
ÁREA GLOBAL A SER COLONIZADA: 80.000 HA; PARA 100.000 HABITANTES; LOTE RURAL MÍNIMO: 50 HA
ETAPEA INICIAL EM 5 ANOS: 80.000 HA COM 12.500 HAB.; 2.800 LOTES URBANIZADOS.



MATUPÁ - MT
AGROPECUÁRIA E URBANIZADORA CACHIMBO
FRONTEIRA NORTE ENGENHARIA DE DESENVOLVIMENTO
ARQUITETOS: C. MALTA CAMPOS P. E. L. C. COSTA - SP, 1983
FONTE: A CONSTRUÇÃO MINAS/CENTRO-OESTE Nº 35 NOV/83

FLEURY, 84

10. Matupá (MT)

A cidade surgiu como decorrência do processo de ocupação rural, dimensionada e implantada pela Agropecuária e Urbanizadora Cachimbo, contruída pela Fronteira Norte - Engenharia e Desenvolvimento, com o objetivo de absorver a mão-de-obra proveniente do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

São 80 mil ha, a serem vendidos para cooperativas, com fixação inicial de 7 mil pessoas, em sua grande maioria lavradores de culturas hortifrutigranjeiras. Matupá está no entroncamento de duas rodovias federais: Cuiabá/Santarém e Matupá/Brasília e a expectativa da empresa é que se torne pólo urbano regional.

As primeiras edificações de cada setor — educação, saúde, administração e prestação de serviços — são de responsabilidade da empresa. O plano diretor é de autoria dos arquitetos Cândido Malta e Luiz Carlos Costa.

O desenho da cidade seria uma resposta às características da Amazônia, com uma estrutura urbana flexível, como uma árvore que pode crescer continuamente, penetrando a floresta. Aprofundando a metáfora, o projeto compara o centro urbano linear ao tronco da árvore, de onde saem os ramos, na verdade, as áreas que abrigam as residências, entre faixas de vegetação nativa com largura de 200 m.

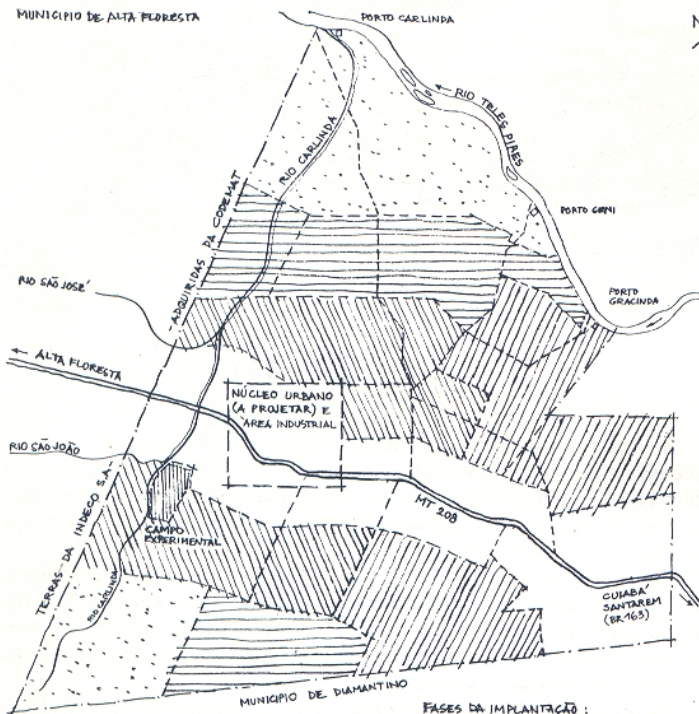
Na base do centro estão as áreas destinadas às atividades regionais com os eixos rodoviários por onde circulam as mercadorias. Merece destaque a preocupação dos arquitetos quanto à circulação de pedestres, além da implantação gradual do centro urbano e seu crescimento orgânico.

Projeto / fleury de oliveira

11. Carlinda (MT)

Núcleo urbano desenvolvido pela Cooperativa Agrícola de Cotia (SP), com participação do Inbra, é destinado a colonos para lavouras de cereais, hortifrutigranjeiros e criação de animais de pequeno porte.

Ao contrário de outros empreendimentos na região, administrados por empresas privadas, ele é organizado por agricultores associados, devendo o núcleo urbano ser apenas um centro de prestação de serviços agrícolas.



LOCALIZAÇÃO: 10°S; 56°W; ALT. 350 M.

LOTEAMENTO 39.171,78 HA
 ESTRADAS 424,89
 REMANESCENTE 50.393,09
 PERÍMETRO 89.986,77 HA

ÁREA RESERVADA PARA O NÚCLEO URBANO: 2.092,65 HA

POPULAÇÃO RURAL E URBANA:

LOTES RURAIS DE 400, 200 E 300 HA; TOTAL 450 LOTES EM 5 FASES; PRAZO: 5 ANOS

PONTE: CENTRO DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASENTAMENTO; C.A.C. - COOPERATIVA CENTRAL-SP "DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR" - JANEIRO, 1982






PROJETO DE ASENTAMENTO CONJUNTO CARLINDA

MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT

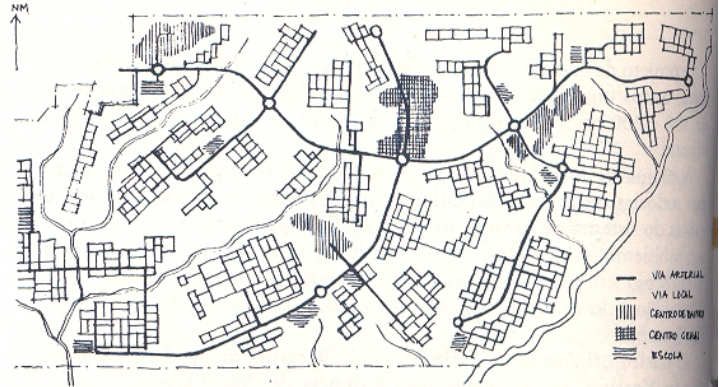
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA / INCRA

PROJETO: EQUIPE ENG. AGRÔNOMOS DA CAC-CENTRAL SP, 1980

FASES DA IMPLANTAÇÃO:

-  1ª FASE
-  2ª FASE
-  3ª FASE
-  4ª FASE
-  5ª FASE

ESCALA GRÁFICA:



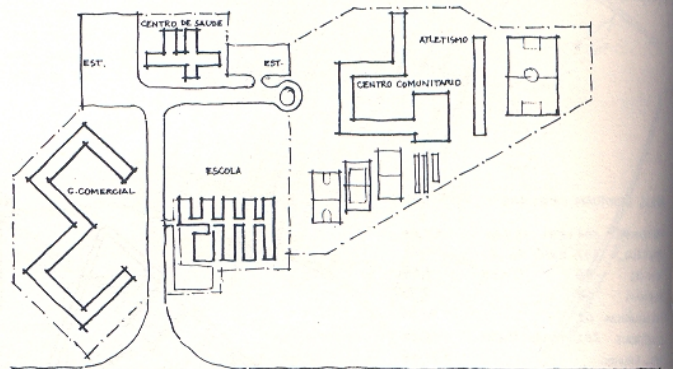
IMPLANTAÇÃO GERAL DA CIDADE NOVA DE MANAUS (SEM ESCALA)

LOCALIZAÇÃO: 3°S; 60°W; ALT. 40 M; PLUVIOSIDADE ~ 2.000 MM

ÁREA GLEBA 1.413,89 HA; POPUL. PREV. 75.000 HAB (EXPANSÃO ATÉ 100.000); DENSIDADE BRUTA: 67,33 HAB/HA

ÁREA RESIDENCIAL: 349,97 HA; UNID. HABIT. 15.000; ÁREA MÉDIA U.H.: 229,31 M²/LOTE; DENS. RES.: 218,04 HAB/HA

ÁREA VERDE: 514,83 HA; PROPORÇÃO S/A. BRUTA: 46,22%; ÁREA VERDE POR HABITANTE 686 M²/HAB.



IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DO BAIRRO 1

HIERARQUIA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANIZADO:

NÚCLEO BÁSICO NB=4.500 HABIT. UNID. VIZINHANÇA UV=4 NB=6.000 HAB. 1 BAIRRO B=4 UV=24.000 HAB

CIDADE NOVA = 3 B=75.000 HABIT. = POPULAÇÃO PREVISTA (ABAST. D'ÁGUA: 250 L/DIA/HABITANTE)

CIDADE NOVA DE MANAUS - AM

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS E BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ARQUITETOS RICARDO JULIANO (CONTR.) EDSON MUSA, EDITH DE OLIVEIRA; ENG. M. F. JULIANO; CONS. S. M. BIANCHI (FORMA)

FONTE: REVISTA PROJETO

FLEURY

12. Cidade Nova de Manaus

O crescimento desordenado de Manaus — 106% em 10 anos — resultante da implantação da Zona Franca levou à criação de uma nova cidade, cujo projeto foi entregue pelo governo do Estado ao escritório de arquitetura Ricardo Julião.

Sua população, prevista para 75 mil habitantes com expansão de até 100 mil, distribuiu-se em 15 mil unidades habitacionais. As preocupações centrais do projeto são preservar a cobertura vegetal, manter a estabilidade física e química do solo durante o período de obras, edificar em compatibilidade com o clima e especificar materiais disponíveis na região.

Uma visita à cidade em 1983 demonstrou, no entanto, um resultado desolador, tanto pela devastação quanto pela má qualidade do acabamento e dos materiais empregados pelas empreiteiras.